

AS RUÍNAS NA CIDADE: MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA EM ESPAÇOS ABANDONADOS

THE RUINS IN THE CITY: MEMORY AND EXPERIENCE IN ABANDONED URBAN SPACES

LAS RUINAS EN LA CIUDAD: MEMORIA Y EXPERIENCIA EN ESPACIOS ABANDONADOS

Laura dos Santos Goulart

Mestra em Educação (UNESC)

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC

<https://orcid.org/0000-0002-9474-9551>

E-mail: art.lauragoulart@gmail.com

Gladir da Silva Cabral

Doutor em Letras - Inglês e Literatura Correspondente (UFSC).

Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/SC

<https://orcid.org/0000-0001-9695-9504>

E-mail: gla@unesc.net

RESUMO

Este artigo é um desdobramento da dissertação intitulada *Formação em ruínas: memória e experiência nos espaços em abandono na cidade de Criciúma (SC)*, em que se questiona como um lugar abandonado pode desvendar as noções de experiência e memória dos sujeitos na cidade. Aprofunda-se em um debate sobre cidade, ruínas, memória, experiência e formação humana a partir de discussões teóricas alinhadas à metodologia cartográfica, desterritorializando a pesquisa de fronteiras fechadas. Nesse caminho, foi possível compreender como esses lugares abandonados refletem um sistema de produção que negligencia a importância de espaços que participaram direta e indiretamente da formação humana, resultando em sujeitos que não se sentem pertencentes da cidade e dos lugares que habitam.

Palavras-chave: cidade; memória; experiência; formação.

ABSTRACT

This article is an expansion of a master's thesis titled *Formation in ruins: memory and experience in abandoned urban spaces in the city of Criciúma (SC)*, questioning how an abandoned place can unveil notions of experience and memory for individuals in the city. It delves into a debate on city, ruins, memory, experience, and human formation through theoretical discussions aligned with cartographic methodology and deterritorializing the research from closed boundaries. Along this path, it was possible to understand how these abandoned places reflect a production system that neglects the importance of spaces in the city that directly and indirectly contribute to the human formation, resulting in individuals who feel as if they did not belong to the city and the places they live.

Keywords: city; memory; experience; formation.

RESUMEN

Este artículo es un desarrollo de la disertación titulada *Formación en ruinas: memoria y experiencia en los espacios abandonados en la ciudad de Criciúma (SC)*, donde se cuestiona cómo un lugar abandonado puede desentrañar nociones de experiencia y memoria de los sujetos en la ciudad. Se adentra en un debate sobre ciudad, ruinas, memoria, experiencia y formación humana a partir de discusiones teóricas alineadas con la metodología cartográfica, desterritorializando la investigación de fronteras cerradas. En ese camino, fue posible comprender cómo estos lugares abandonados reflejan un sistema de producción que descuida la importancia de espacios en la ciudad que participaron directa e

indirectamente de la formación humana, resultando en sujetos que no se sienten pertenecientes a la ciudad y a los lugares donde viven.

Palabras-clave: ciudad; memoria; experiencia; formación.

INTRODUÇÃO

A ruína reflete uma história que permanece, independentemente do que se esperava. Lembra-nos que o tempo passa e que as atividades humanas têm consequências. Remete ao fato de que esquecer faz parte do processo de lembrar, pois “as ruínas são em realidade uma metáfora que alcançou a categoria de tragédia sem autor. Seu autor é simplesmente o tempo” (Zambrano, 2016, p. 218). Ruína aparece nesta pesquisa como fragmento, como parte de um passado, como pertencente a um presente, como registro, ruptura, descontinuidade e, também, um objeto fora de lugar. Matos comenta sobre o instante único das ruínas:

as ruínas contrariam o devir abstrato do tempo, compensando a sistemática tripartição – antes, durante, depois – pela dinâmica pas encore (ainda não) e jamais plus (nunca mais). [...] Instante único, elas atestam um tempo antes do qual nada foi consumado e depois do qual tudo está perdido (Matos, 1998, p. 83).

As ruínas revelam vestígios humanos de uma história que ficou num entremeio, não foi totalmente esquecida, mas se encontra em um preliminar de desaparecimento. O que significa fracasso e o que entendemos por progresso? Na atividade de construir o novo, progresso significa entender que levar em conta o que foi também se faz necessário para que algo sólido seja construído de fato. Portanto, faz-se necessário questionar: de onde vem esse movimento de deixar de lado o que ainda existe? Talvez seja pelo receio do que se pode encontrar, do que está por vir, do que esse lugar pode suscitar; ou pela comodidade, pois é mais fácil fingir que as ruínas não existem e, assim, negar o movimento progressista que faz os espaços, as pessoas, os objetos e momentos se tornarem descartáveis.

Para Benjamin (1994), a imagem da felicidade encontra-se no que poderia ter sido, no que permanece incompleto. As ruínas podem ser utilizadas como exemplo, já que são resíduos, sobra de algo que já foi “inteiro” um dia. Segundo o autor, a imagem da felicidade é marcada pela época que nos foi atribuída no curso da nossa existência, e todo presente se lança para um momento de redenção, para aquilo que um dia poderia vir a ser:

A felicidade capaz de suscitar nossa inveja existe apenas no ar que respiramos com pessoas com as quais poderíamos ter conversado, com mulheres que poderiam ter se entregado a nós. Em outras palavras, a imagem da felicidade está indissolivelmente ligada à redenção. O mesmo ocorre com a representação do passado, que a história transforma em seu objeto. O passado traz consigo um índice secreto, que o impele à redenção (Benjamin, 1994, p. 241-242).

Este artigo é um desdobramento da pesquisa de dissertação de Mestrado em Educação realizada em 2023 intitulada *Formação em ruínas: memória e experiência nos espaços em abandono na cidade de Criciúma (SC)*, em que, por meio da arte da fotografia, foram mapeados e registrados espaços em abandono em Criciúma (SC), na tentativa de entender a sociedade que habita aquela cidade, discutindo, então, os espaços invisibilizados pela comunidade para auxiliar na compreensão do processo de troca do antigo pelo novo. Um lugar esquecido, de onde, inicialmente, parece não haver mais nada que esperar, possibilita o desvelamento daquilo que ainda não foi conhecido, mexido e pesquisado. Se o espaço se mantém, se persiste, mesmo que se deteriorando com o tempo, é provável que tenha muito a dizer. Portanto, o desejo de realizar esta pesquisa partiu da tentativa de perceber a vida em pequenos detalhes: no que poderia ter sido, no que ainda não foi, no que vai acontecer, na imaginação. Para tanto, há que se ter a capacidade de olhar o entorno e, mais que isso, de perceber de fato o que faz de nós cidadãos que constroem o espaço que habitamos e podem mudar o percurso da história e do futuro da cidade. Esta é uma pesquisa que convida a questionar a noção do tempo.

Neste artigo, os lugares abandonados nas cidades são colocados em questão como uma forma de visualizar o conceito de ruínas enquanto objetos arquitetônicos que se encontram em estado de quase desaparecimento, compreendendo que em todas as cidades, de modo geral, existem esses espaços invisibilizados e esquecidos, os quais oportunizam uma reflexão fragmentada a respeito do que fica de paisagem e experiência nas cidades. Esses lugares abandonados, em ruínas, são capazes de revelar — entre muitos — um conceito de experiência dos sujeitos. Neles, é possível entender um pouco dos cidadãos que habitaram e participaram do espaço, mesmo que apenas ao confrontá-los diariamente no seu percurso urbano. São lugares que carregam muito significado, com marcas e registros de uma história coletiva que permanece incompleta. Desse modo,

pretende-se discutir educação por meio de um olhar voltado à cidade e aos lugares abandonados, entendendo como se dá a formação humana de uma sociedade que descarta espaços no ambiente urbano. Assim, é possível refletir sobre como a comunidade se relaciona com a sua memória e com o espaço urbano, desvendando aspectos da formação cultural do sujeito e sua facilidade em descartar memórias, relações e seu envolvimento com a cidade em que vive, em que a própria ideia de habitar já toma outros sentidos, “[...] as relações de moradia com o espaço tornam-se artificiais. Tudo é máquina e a vida íntima foge por todos os lados” (Bachelard, 2000, p. 45).

Os lugares em ruínas na cidade são como um vestígio deixado pelos sujeitos que por ali passaram. Nas palavras de Costa (2014, p. 53), “vivemos uma necessidade em relação à memória, como forma de proteção contra a obsolescência e o desaparecimento”. Com um olhar sobre os lugares abandonados, é possível aproximar o sujeito a ponto de fazê-lo questionar-se sobre sua memória, sua história e sua ocupação na cidade, trazendo um aspecto importante para a comunidade, que é o de perceber o seu entorno, transformando a forma como se relaciona com o espaço que ocupa.

Há um movimento dialético entre esquecer e lembrar, ambos dependendo um do outro para acontecer. Trata-se de um deslocamento constante, pois o “apelo do presente, da vida no presente, também exige que o pensamento saiba esquecer” (Gagnebin, 2006, p. 12). Por outro lado, o desaparecimento remete ao que deixou de existir, algo se perdeu e talvez não haja mais possibilidade de lembrar, de voltar. Portanto, é necessário aprender a lidar com a dialética entre passado e presente, lembrar e esquecer, com cuidado para que um não sobressaia ao outro, pois, ao se esquecer mais do que se lembrar ocorre o desaparecimento, e é contra isso que esta pesquisa pretende lutar.

Trata-se de convidar o leitor a rever os modos como se relaciona com o passado e, a partir disso, pensar na construção de um outro futuro, focando o presente para obter um novo olhar para o que é visto todos os dias, para o que se tornou invisível aos olhos imersos no cotidiano acelerado. Nesse sentido, a pesquisa se aprofunda em estudos sobre a cidade, o sujeito, o abandono, a memória, a experiência e a formação humana; esses conceitos se confluem na medida em que os discutir se torna o propósito da pesquisa.

METODOLOGIA: CARTOGRAFANDO ABANDONOS

Para encontrar respostas às questões que surgem durante a escrita, o método de pesquisa a ser utilizado precisa permitir mais abertura aos acasos e desvios que possam ocorrer no meio do percurso, já que o trabalho surge a partir da discussão da cidade e seus lugares abandonados, com o pesquisar teórico e nos olhares poéticos para os encontros e desencontros com espaços, escritas e autores. Dessa maneira, para dar corpo à metodologia, utiliza-se a cartografia, que consiste no método desdobrado a partir do ensaísmo de Gilles Deleuze e Félix Guattari, que desterritorializa a pesquisa de fronteiras fechadas, distanciando-se de uma construção concreta.

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa (Passos; Barros, 2015, p. 17).

A metodologia cartográfica traz a possibilidade de uma escrita que acontece a partir da experiência do pesquisador com o objeto de estudo da pesquisa; corresponde, assim, à apreciação de espaços abandonados nas cidades. Com isso, ela se dá pela experiência adquirida no processo, com possibilidade de reconfigurar as regras ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Assim, compreende-se que há um objetivo principal que pode ser revisto ou multiplicado, dependendo dos rumos que a pesquisa possa tomar. Assim, cabe lembrar que “toda pesquisa é uma intervenção” (Passos; Barros, 2015, p. 17), logo, seus desdobramentos acontecerão no percurso da interação com a cidade, alinhados ao pesquisar teórico, materializados a partir de experimentações rizomáticas:

[...] o rizoma conecta um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo... Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades (Deleuze; Guattari, 1995, p. 32).

Alguns percursos são revisitados quando necessário, outros saem de rota, encontrando pontos de foco ou fuga. Com isso, o trabalho permanece com um horizonte vasto e plural, com mais abertura para novas possibilidades e caminhos a percorrer. Como

se trata de um trabalho que discute o ambiente urbano, as mudanças ocorrem de modo fugaz, o espaço se altera do dia para a noite, as pessoas mudam suas rotas, lugares são destruídos e tomam outros sentidos; por isso, a metodologia cartográfica se faz indispensável, pois possibilita transformações conforme o desenrolar da pesquisa.

Caminhar pela cidade, sem rumo e sem critérios preestabelecidos, é uma atividade estética e política já utilizada por artistas pesquisadores na tentativa de encontrar significados, afetos e respostas no cotidiano, dentre territórios de passagem e permanência nas cidades, em um movimento de perceber e compreender o que há de subjetivo em meio ao planejamento urbano, entendendo o que há de significativo no corpo-espaço-território da cidade. Caminhar sem rumo, sair à deriva, deixar-se distrair pelo ambiente urbano. Olhar para o lado, para os cantos, para o ordinário, em um percurso de descobrimento, experienciando a cidade e deixando ser experimentado por ela, perdendo-se na cidade como uma prática estética e política. Careri (2013) aborda questões a respeito do caminhar na cidade como possibilidade de um movimento artístico-estético-político-revolucionário, discutindo sobre o “caminhar como intervenção urbana” (Jacques, 2013, p. 7).

O que se quer é indicar o caminhar como um instrumento estético capaz de descrever e modificar os espaços metropolitanos que muitas vezes apresentam uma natureza que ainda deve ser compreendida e preenchida de significados, antes que projetada e preenchida de coisas. Assim, o caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo [...] (Careri, 2013, p. 32-33).

Para a pesquisa tomar corpo, é preciso adentrar subjetivamente os movimentos das cidades, levando em consideração que entender a interação do sujeito com o espaço que habita é indispensável para a formação humana. Por isso,

este é o risco que corremos quando julgamos o passado sempre inferior ao futuro e desconsideramos as vivências do presente. Desconsiderar a necessária convivência entre o antigo e o novo é negar a memória e a identidade cultural dos habitantes da cidade e, assim, exilar o cidadão do seu próprio meio (Araújo; Borges; Viegas, 2002, p. 32).

Este artigo não trata apenas de uma única cidade ou de lugares em específico, mas propõe uma discussão mais generalizada dos espaços abandonados nas cidades, entendendo que é possível encontrá-los nos lugares em que há atividade humana. O sujeito e o espaço se confluem, portanto, uma cidade repleta de lugares desprezados pela comunidade resulta em cidadãos que já não se comprometem com o que está por vir e com as mudanças da cidade.¹ Peixoto (2004, p. 11) comenta que “as cidades são as paisagens contemporâneas”. Essas cidades cinzas, sólidas, incômodas e repletas de lugares esquecidos têm muito a dizer, se soubermos escutar e apreciar os pequenos sentidos que ela nos suscita. É importante parar e analisar o entorno, perceber quais são e como acontecem as cenas do dia a dia, de que forma a cidade se movimenta e se transforma a cada instante, entendendo que, em um novo passo, um caminho que é coletivo se constrói e se forma por meio dos encontros e dos lugares de passagem.

Lefebvre (1991, p. 57) comenta que se escuta a cidade como se fosse música tanto quanto se a lê como se fosse uma escrita discursiva, por isso é necessário interpretar os caminhos e as paisagens do ambiente urbano como se lê e interpreta um texto, como se imagina e elabora uma escrita. Por meio do contato com a cidade e os espaços esquecidos da arquitetura urbana, é possível criar uma conexão entre passado e futuro, indagando sobre a história de uma sociedade que permanece incompleta, fadada ao fracasso, em ruínas. É preciso entender a cidade como corpo social e as ruínas como um local de quebra desse corpo, como um espaço de vazio e silêncio que carrega o testemunho da história de toda uma comunidade. A ruína se mantém, tornando-se um presente vivo em meio aos destroços; é o registro de uma história que caiu em um estado de desimportância; trata-se, então, de reviver os rastros na busca de um passado que ainda reverbera no presente.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CULTURAL: MEMÓRIA E EXPERIÊNCIA

¹ Podemos analisar como, atualmente, a sociedade se relaciona com os espaços públicos e sua história por meio do episódio de destruição que ocorreu na Praça dos Três Poderes em Brasília, em que, além do espaço físico, objetos e obras importantes para a história da arte foram danificados, restando apenas destroços: ruínas, com danos irreparáveis para a história e memória da sociedade brasileira. Ler mais sobre esse caso em: BEIGUELMAN, G. Ataque a obras de arte revela ódios de golpistas contra a cultura. **Folha de S.Paulo**, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/01/ataque-a-obras-de-arte-revela-odio-de-golpistas-contra-a-cultura.shtml>. Acesso em: 8 abr. 2024.

Conhecer é um gesto ativo e criativo. Educar-se é um procedimento individual que também ocorre em conjunto; é um processo que se faz entre leituras, escritas, imagens, contato com o exterior, encontros com o outro e, conseqüentemente, com nós mesmos, pois “não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa certa prática educativa” (Freire, 2001, p. 13). O processo de aprendizagem não acontece apenas nos lugares específicos de troca de conhecimento, como nas práticas entre aluno e professor que ocorrem em escolas e universidades; a construção do conhecimento se dá também em outros espaços, pois, segundo Paulo Freire (2001), o ser humano jamais para de se educar. Portanto, todo lugar ocupado por um sujeito com pensamento crítico em proximidade com o outro pode constituir um espaço de formação e emancipação humana. Nesse sentido, a formação humana se dá nos variados lugares e processos em que há experiência de alteridade, é uma atividade constante e que acontece a todo momento. Com isso, é possível afirmar que o lugar também interfere nesse desenvolvimento; assim, a experiência pode se alterar conforme o espaço, a interação e as possibilidades de abertura para a prática da troca de saberes com o outro, produzindo:

[...] uma pedagogia do acontecimento, uma pedagogia descontínua, que provoque o pensamento, que retire do espaço e do tempo todo saber já disponível; que obrigue a recomençar do zero, que faça da mesmidade um pensamento insuficiente para dizer, sentir, compreender aquilo que tenha acontecido; que emudeça a mesmidade. Que desordene a ordem, a coerência, toda pretensão de significados [...] que conduza a um futuro incerto (Skliar, 2003, p. 46).

Trata-se de um processo educativo que se dá por meio das experiências, da abertura ao novo, pelo se deixar construir e reconstruir conforme aproximações, deformações e movimentações descontínuas e incertas; deixando, assim, que o outro e o lugar reverberem na gente.

Se lhe chamo “princípio de transformação” é porque esse sujeito sensível, vulnerável e exposto é um sujeito aberto a sua própria transformação. Ou a transformação de suas palavras, de suas ideias, de seus sentimentos, de suas representações etc. De fato, na experiência, o sujeito faz a experiência de algo, mas, sobretudo, faz a experiência de sua própria transformação. Daí que a experiência me forma e me transforma. Daí a relação constitutiva entre a ideia de experiência e a ideia de formação. Daí que o resultado da experiência seja a formação ou a transformação do sujeito da experiência. Daí que o sujeito da experiência não seja o sujeito do saber, ou o sujeito do poder, ou o sujeito do querer,

senão o sujeito da formação e da transformação. Daí que o sujeito da formação não seja o sujeito da aprendizagem (a menos que entendamos aprendizagem em um sentido cognitivo), nem o sujeito da educação (a menos que entendamos educação como algo que tem que ver com o saber), mas o sujeito da experiência (Larrosa, 2011, p. 7).

Os espaços que oferecem possibilidade de maior interação com o outro também viabilizam uma maior experiência coletiva, resultando em sujeitos que se sentem pertencentes ao lugar, por compreenderem que sua construção se dá em conjunto. Assim, há maior abertura para viver as experiências, entendendo-as como algo que nos ocorre sem intenção, sem regras, sem precedentes, sem aviso, elas simplesmente acontecem, independentemente do lugar e do momento.

[...] Tratei de construir a experiência como uma categoria vazia, livre, como uma espécie de oco ou de intervalo, como uma espécie de interrupção, ou de quebra, ou de surpresa, como uma espécie de ponto cego, como isso que nos acontece quando não sabemos o que nos acontece e sobretudo como isso que, embora nos empenhemos, não podemos fazer com que nos aconteça, porque não depende de nós, nem de nosso saber, nem de nosso poder, nem de nossa vontade (Larrosa, 2015, p. 12).

Falar de experiência é falar de uma vida que é imersa em sentidos subjetivos, signos, significados; de um sujeito que afeta e é afetado pelo outro. Discutir sobre a construção do sujeito por meio da formação cultural, educando-o para ser e se portar enquanto um ser social e político, é entender que a vida se faz no coletivo. Entendemos por cultura as atividades relacionadas ao ser humano e a um grupo social, como os costumes, práticas artísticas e tradições intelectuais que os formam de modo coletivo, cultivando seu espírito. Por meio da cultura, o ser humano se encontra enquanto pertencente a um grupo, uma comunidade e, para além disso, a cultura possibilita seu pensar crítico com o mundo em que vive. Nesse sentido, a formação cultural acontece em meio às vivências que o sujeito tem no decorrer da vida, pelo mundo que vê, habita e experiencia, com objetos e ações corporais, sonoros e visuais, que o transformam, uma vez que:

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridas pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas resultado do esforço de toda uma comunidade (Laraia, 2000, p. 45).

Dessa maneira, o ser humano se forma ética e politicamente, o que consiste em uma das essências da educação. Assim como a construção do conhecimento sucede no coletivo, por meio da atividade de alteridade, a construção da memória do sujeito também funciona dessa forma. Halbwachs (1990) comenta que, por mais que a lembrança seja individual, a memória é sempre coletiva, pois é necessário um grupo de referência para que ela seja revisitada; portanto, a memória individual surge como um ponto de vista a partir de uma memória que se manifesta de forma social. O ser humano adquiriu suas memórias na comunidade, por meio das atividades realizadas em conjunto, e, até quando se encontra sozinho, também está em algum lugar no tempo-espaço onde há a participação do outro.

Nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem (Halbwachs, 1990, p. 26).

Quando o autor afirma que a memória depende de um grupo de referência, não necessariamente esse grupo necessita estar presente de forma física com o sujeito que lembra; o grupo pode estar presente por meio de pensamentos e das experiências em comum que ele obteve nesse coletivo, em que ele retoma por imagens criadas em seu pensamento e pelo pertencimento afetivo que experiencia com grupo. A lembrança é uma atividade de reconhecimento. Por meio de imagens, sons e movimentações, o sujeito retoma uma memória e a traz para seu presente e, assim, a memória coletiva também se ressignifica a cada lembrança, uma vez que “a memória sempre foi pensada como um misto de verbalidade e imagens” (Seligmann-Silva, 2008, p. 74).

Discutir a memória é refletir sobre como o sujeito lida com o passado e conseqüentemente com o presente. Se “o testemunho é uma modalidade da memória [...]” (Seligmann-Silva, 2008, p. 73), então grupos, objetos, imagens e lugares podem ser levados em consideração quando o assunto é lembrar, pois, ao documentar um momento, é possível utilizá-lo como referência para rememorar, entendendo o contexto no qual está inserido, mas se deixando interferir pelo passado.

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente (Gagnebin, 2006, p. 55).

Ao compreender que, para se lembrar de algo, é necessário um grupo de referência, é possível concluir, então, que o lugar também interfere e auxilia no processo de retomar lembranças. Ao reencontrar um grupo ou voltar a algum lugar em que o sujeito teve experiências, ele relembra sua história por meio da memória coletiva.

Assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e figuras [...]. Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo e vice-versa. Então, todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos. Cada aspecto, cada detalhe desse lugar em si mesmo tem um sentido [...] (Halbwachs, 1990, p. 133).

Por isso, a cidade torna-se um dos cenários principais da construção da identidade do sujeito em sua coletividade. Essa construção se dá por meio das relações que acontece através de encontros e desencontros, da interação com os lugares, do movimento constante de saberes, da inserção em regras e da compreensão de normas subjetivas que se tem enquanto sujeito que habita o espaço urbano. Por meio das relações econômicas e de poder que se estabelecem, organiza-se a comunidade que ali habita e adquirem-se experiências nesse espaço. A cidade institui regras e normas subjetivas aos cidadãos, pois “ser habitante da cidade significa participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos” (Rolnik, 2012, p. 21). São eles que dão sentido ao espaço urbano.

A cidade é uma construção coletiva em que há uma troca e uma experiência em comum entre seus habitantes, e assim há uma atividade constante de formação. Por ser a materialidade dos sujeitos que nela habitam, a cidade se constrói e se reconstrói a partir da atividade humana. Assim, a cidade reflete as interações humanas, as práticas e relações socioculturais; por isso, muito se vê do sujeito na cidade, já que ele imprime seu jeito nos espaços e deixa rastros. A arquitetura conta histórias, de uma época, de um momento de uma família ou de uma civilização. “A arquitetura da cidade é ao mesmo tempo continente e registro da vida social” (Rolnik, 2012, p. 18). Portanto, preservar os lugares na cidade é

preservar a memória coletiva de uma comunidade, visto que “o inconsciente permanece nos locais. As lembranças são imóveis, tanto mais sólidas quanto mais bem especializadas” (Bachelard, 2000, p. 29). Um lugar é o registro de uma vida social, e as memórias obtidas no lugar permanecem. De forma subjetiva, ele influencia as lembranças. Se esses espaços servem de referência para nos lembrarmos de nossa história, como ficam essas memórias quando, ao voltarmos para algum desses lugares, eles se encontram em ruínas? De que forma é possível utilizar um lugar em destroços como referência de momentos de partilha que nos construíram enquanto cidadãos?

Os lugares abandonados na cidade podem ser vistos como um rastro do ser humano, o vestígio de um tempo-espaço do sujeito e de sua comunidade, de um momento histórico-político-cultural que permite sua reverberação perante o tempo e possíveis desaparecimentos, já que os rastros, segundo Gagnebin, “procuram manter juntas a presença do ausente e a ausência da presença” (2006, p. 44). As ruínas na cidade testemunham um momento, possibilitando certas permanências e impermanências em meio ao tempo.

A CIDADE COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO

A memória coletiva dos grupos humanos configura a cidade; a atividade dialética de lembrar e esquecer é um processo que constrói os personagens urbanos, produzindo sujeitos que narram e são narrados pela cidade. O ambiente urbano é lugar de ação da memória individual e coletiva. Nesse sentido, se a formação cultural do sujeito se faz nas interações sociais e na relação que ele tem com os lugares que habita, a cidade se torna o exemplo ideal para discutir e entender um pouco mais sobre como se dá a experiência e formação do sujeito nos espaços coletivos.

Fruto do agenciamento humano coletivo, a cidade é representação dos valores e da estrutura da sociedade, com a suma força e hierarquia ou equalização, de inclusão ou marginalização. É, assim, a dimensão primária da cultura espacializada e a reprodução de modos de vivência e de relacionamentos (Pires, 2002, p. 145).

Construída pelo ser humano para receber e acomodar as pessoas, a cidade é fruto da tentativa de organização de uma sociedade que cresce cada vez mais. Olhando pelo viés

da construção da identidade por meio das trocas com o outro, o habitar urbano é um constante aprendizado e um dos mais eficazes, uma vez que a interação com o outro e com o entorno é diária e inevitável, “o espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro; a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza” (Carlos, 2015, p. 73).

É por meio da contínua atividade de alteridade que o pensar crítico é formado, e é trazendo-a para seu cotidiano e sua realidade que a compreensão se torna verdadeira e eficaz. Bachelard (1996), ao debater sobre a epistemologia do conhecimento, comenta que o ser humano precisa ter razão contra alguém e, nesse sentido, o exercício social se faz importante; é criando, produzindo e retificando que o espírito se aproxima da verdade. Portanto, a formação identitária e cultural do ser humano, que se realiza pela participação em conjunto das experiências urbanas, é essencial para a formação do sujeito, pois “quem recebe instrução e não a transmite terá um espírito formado sem dinamismo nem autocrítica” (Bachelard, 1996, p. 300). A dinâmica do debater os saberes, do falar com o outro e ouvi-lo é o que difere a construção de conhecimento da mera troca de informação.

O ser humano é plural e a cidade reflete sua materialidade; é um espaço público que permite a troca contínua e um fluxo de informações em comum. Todos acessam um modo de fluir da vida cotidiana, cada um à sua maneira, e, a partir disso, o sujeito se constrói enquanto ser social e político, como um cidadão que entende seu lugar no mundo e aprende a lidar com questões sociais. Por isso, a cidade é um espaço de educação, que deve ser aberta, plural e dinâmica. Ao compreender isso, é possível formar cidadãos mais responsáveis com o entorno, que entendem seu lugar na sociedade, que percebem as mudanças ocorridas no percurso urbano diariamente e que interferem no seu devir na cidade.

O espaço urbano são construções individuais que acontecem em um ambiente coletivo, já que “a Cidade somos nós também, nossa cultura, que, gestando-se nela, no corpo de suas tradições, nos faz e nos refaz. Perfilamos a Cidade e por ela somos perfilados” (Freire, 2001, p. 14). Viver a cidade é vivenciar a movimentação ininterrupta de coisas, pessoas e imagens. Quando Bachelard (1996) comenta sobre levar em conta a variabilidade, o autor também compreende que o sujeito é social e, portanto, modifica-se a cada instante; com isso a construção da razão é descontínua, dinâmica e inconstante. São

essas trocas de informações que constroem a dinâmica territorial das cidades, que, por sua vez, estão sempre abertas e se alterando a cada segundo, fazendo o sujeito lidar com o inesperado, numa constante abertura ao novo e às imprevisibilidades que podem ocorrer no meio do percurso, por isso há a importância de permanecer aberto ao que lhe acontece. Os sujeitos criam uma história pública, com uma materialização em comum de suas identidades que resulta no espaço urbano que habitam.

A cidade é repleta de tensões entre classes e grupos sociais diversos, portanto a experiência urbana não é de todo harmoniosa e colaborativa, por haver sujeitos que são invisibilizados, esquecidos e que experienciam o ambiente urbano de formas diferentes ou nem encontram espaços para viver. Constrói-se, então, uma cidade que exclui, que tem espaços pré-determinados para cada corpo existir, conforme seu contexto, classe social e raça. Por consequência, constroem-se lugares na cidade que também são invisibilizados e vazios.

A cidade é por excelência um espaço coletivo e, por isso, multicultural e participativo, mas, às vezes, nos esquecemos de que construímos esses espaços e de que pertencemos a eles. Entender a cidade como fórum da cidadania é considerar que seus habitantes, enquanto sujeitos históricos, têm direito à identidade, à memória, ao patrimônio, à pluralidade formadora do ambiente urbano (Araújo; Borges; Viegas, 2002, p. 32).

As atividades dos cidadãos produzem o espaço e imprimem suas marcas e modos de pensar/agir nos cenários construídos. Assim, o sujeito precisa ter autonomia para discutir sobre o planejamento urbano, por meio dos espaços em que habita, entendendo que ele tem poder de exigir direitos essenciais de políticas públicas que possibilitem um habitar urbano seguro e democrático, levando em consideração a pluralidade humana, preservando sua memória e história.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: ESPAÇOS EM RUÍNAS NA CIDADE

A partir de questões estético-políticas que perpassam a cidade, é possível desdobrar pensamentos críticos e reflexivos sobre o sujeito e sua construção, compreendendo o significado simbólico, social e político que os lugares possuem e, assim, desvendando aspectos afetivos e diversas formas de existência a partir dos jogos entre os habitantes e

os lugares de passagem e permanência, vazios e/ou cheios de sentido, pois não se pode esquecer que:

[...] toda obra humana remete a uma produção simbólica, sendo os territórios de sociabilidade urbana nichos de sentidos produzidos por uma comunidade, não para se concluir aí apenas sobre os sistemas de dominação subjacentes, mas para se interpretar sobre os significados que configuram as diferentes formas e planos de existência social em seu interior (Eckert; Rocha, 2005, p. 53).

Com isso, numa cidade em que há inúmeros lugares abandonados, em ruínas, é possível interpretar, os cidadãos que nela vivem, pelo movimento do descarte. Esses espaços refletem uma característica dos sujeitos que deixaram esses lugares se transformarem nesse símbolo de esquecimento, muitas vezes não por escolha própria, mas por um sistema que os obriga a largarem seus espaços de moradia. Um exemplo disso pode ser quando moradores precisam largar suas casas por disputas imobiliárias ou por riscos ocasionados por outrem, como aconteceu com os bairros da cidade de Maceió (AL) que afundaram devido à atividade de mineração sem o devido cuidado ambiental.² Os habitantes se viram na obrigação de largar suas moradias e espaços comerciais por terem sido interditadas e oferecerem perigo aos habitantes; atualmente, bairros inteiros se encontram em ruínas. Esses movimentos de abandono também comunicam uma ação de expulsão, gentrificação, violência e segregação. Dessa forma, pode-se questionar: como fica a identidade de uma comunidade quando seus espaços de memória desaparecem?

A tarefa educativa das cidades se realiza também através do tratamento de sua memória, e sua memória não apenas guarda, mas reproduz, estende, comunica-se às gerações que chegam. Seus museus, seus centros de cultura, de arte são a alma viva do ímpeto criador, dos sinais da aventura do espírito (Freire, 1993, p. 24).

Lugares urbanos são espaços que permanecem à deriva no tempo e refletem o processo de formação humana de uma sociedade, onde há o movimento de construir, transformar e abandonar. Para criar memórias, é necessário o processo de esquecimento,

² Mais sobre esse caso na matéria “Bairros afundando transformam parte de Maceió em cidade fantasma e atraem curiosos”, disponível em: <https://bit.ly/48F2Tht>.

em uma dialética entre o construir e o esquecer, entre o passado e futuro. Ao abrir espaço para o novo chegar, é necessário também que algo fique para trás.

Não há como pensar a memória como uma grande capacidade de ter à mão as informações, os fatos e as relações. É o esquecimento que dá forma à memória. Em outras palavras, a memória é feita de esquecimento. Para a psicologia, o esquecimento é o erro da memória, em que falta um conteúdo que deveria estar presente no psiquismo (Justen, 2016, p. 206).

Por isso, é importante questionar de que forma se dá esse processo, se de modo natural ou desequilibrado. Talvez as coisas ocorram de modo mais abrupto devido à movimentação ininterrupta das cidades e à lógica neoliberal, que torna os momentos cada vez mais efêmeros e sem possibilidade de permanência. Em razão do fascínio pelo progresso, de querer sempre o novo, estar em movimento para frente — sem parar —, normaliza-se o abandono do que não serve mais, do que agora não faz mais sentido, sem levar em consideração o contexto, a história e a possibilidade de preservação.

As cidades brasileiras foram e infelizmente ainda têm sido palco de demolições do antigo para a construção do novo. A superestimação do valor de troca em detrimento do valor de uso imposta pelo mercado imobiliário capitalista é uma das maiores dificuldades enfrentadas pela preservação (Féres, 2002, p. 15).

Os espaços abandonados refletem a ação do novo, o anseio pela transformação, que acaba atropelando tudo e gerando a ideia de que o espaço tem de ser apagado, esquecido, fingindo que ele nunca existiu, quando, na verdade, ele teria de ser levado em consideração para que se possa viver o presente e construir o futuro. Entretanto, é perceptível que, para se sentir em constante transformação, o sujeito entende que é necessário largar e agir de forma superficial com o que fez dele o que é hoje: sua memória. Sujeitos que excluem produzem uma cidade que exclui e, conseqüentemente, exclui seus lugares de memória. À medida que o capital acumula mercadorias, do outro lado há também o acúmulo da miséria, dos corpos e espaços que são largados quando perdem seu valor.

Nesse jogo de sentidos e valores que a cidade integra, as formas arquitetônicas evidenciam o passar do tempo, a cultura, a história, os jogos sociais e políticos de dominação e submissão de seus habitantes. A partir de como o ambiente urbano é pensado

e produzido, formam-se também modos de participar e não participar, lugares de passagem e pausa, espaços para certos corpos habitarem ou não. O jogo social da cidade é feito com os lugares e a partir deles.

Imagens da cidade vivida povoam nossas memórias. Caminhamos pela cidade e percebemos em nós sentimentos diversos sobre pessoas de nossa rede de pertença (e outras que estranhamos), sobre ruas que nos são familiares (evitamos outras), sobre espaços freqüentados (ignoramos outros), sobre transeuntes que nos atiram a atenção (evitamos a proximidade com alguns), enfim, estes tantos arranjos sociais nos configuram um sentido de ser e estar na cidade. São nestas formas de perceber a cidade que tecemos nossas rotinas, traçamos nossos percursos, planejamos nossos afazeres, enfrentamos nossos temores e constrangimentos (Eckert; Rocha, 2010, p. 122).

Por isso algo emana dos lugares descartados, dos espaços sem destino na cidade. Os lugares abandonados são ruídos de um momento, são áreas em meio ao caos urbano onde o nada acontece, resta apenas o vazio. Com um silêncio que diz muito, se alguém se dispõe a ouvir. Os destroços evidenciam o transcorrer do tempo, que passa de modo avassalador perante a vida; conseqüentemente, refletem uma sociedade que descarta espaços que foram importantes para sua construção enquanto sujeitos-cidadãos, dando as costas para sua própria história e, assim, “[f]icamos pobres. Abandonamos, uma a uma, todas as peças do patrimônio humano, tivemos que empenhá-las muitas vezes a um centésimo do seu valor para recebemos em troca a moeda miúda do ‘atual’” (Benjamin, 1994, p. 128).

Trata-se de uma parte invisível da cidade. Isso confirma o destino das paisagens da cidade: transformarem-se em ruínas, ruínas do nosso tempo. Esse descarte capitalista, o abandono de pessoas, objetos, projetos e lugares, reflete como funciona o movimento de apagamento das memórias de uma comunidade, entendendo que:

Pela dinamização da memória de uma comunidade urbana, seus agentes consolidam uma temporalidade vivida como coletiva, rica em significações. Através dos “jogos da memória” que revelam suas narrativas, ultrapassa-se o enfoque do meio urbano como “caos”, “ruína” e desordem, pois nele o cotidiano da cidade reinventa-se e encontra-se carregado de sentido (Eckert; Rocha, 2005, p. 54).

É possível compreender, desse modo, como a sociedade age e de que forma — e para onde ela está caminhando. Por meio do movimento de abandono, percebe-se que

esses sujeitos percorrem um estado de esquecimento de si e de sua própria formação humana. Abandonar os lugares e largá-los à deriva no tempo é aceitar que uma parte de sua construção também será abandonada e entregue ao desaparecimento. Conforme o capital acumula mercadorias, há também o acúmulo da miséria e de lugares vazios, sem sentido e de valor econômico. O grande número de espaços em abandono nas cidades reflete um sistema de produção destrutivo, que não percebe a importância dos lugares de memória, dos espaços simbólicos que participam direta e indiretamente da formação de uma sociedade. Os sujeitos veem, então, esses lugares como meros objetos com valor de troca e, nesse sentido, é perceptível que até a relação com o outro se torne passível de substituição. Por isso, é importante o movimento de:

[...] levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso. A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico, e revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada (Carlos, 2007, p. 20).

É preciso levar em consideração os lugares que o sujeito habita, de forma individual e coletiva, já que eles carregam os rastros reais e simbólicos dos seus habitantes. Gagnebin (2006) comenta que a importância de olhar para o passado não se dá por uma espécie de culto e comemoração ou apenas por lembrar de forma passageira, mas pela possibilidade de elaborar uma análise esclarecedora do que produzir e não reproduzir para, assim, esclarecer o presente de forma significativa. “Rigorosamente falando, rastros não são criados — como são outros signos culturais e lingüísticos —, mas sim deixados ou esquecidos” (Gagnebin, 2006, p. 111). Portanto, percebe-se a importância de olhar para esses vestígios como fragmentos políticos-históricos-culturais de uma sociedade. Principalmente por ser uma atividade que transcorre naturalmente, nenhum rastro é pré-definido ou criado, ele reflete de fato uma parte do que aconteceu. Trata-se, portanto, de analisar e perceber a história de uma sociedade a partir daquilo que falta e por meio dos ruídos e resíduos que ficam. Segundo Carlos (2015), pensar o urbano significa pensar a dimensão do humano.

As formas que a sociedade produz guarda uma história, pois o tempo implica duração e continuidade. As formas materiais arquitetônicas guardam uma certa monumentalidade com seu conteúdo social que a memória ilumina, torna-o presente e com isso lhe dá espessura (conteúdo ao presente). A memória articula espaço e tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis. O histórico tem suas conseqüências, o diacrônico, o que se passa modificando lugares inscrevendo-se de outra forma no espaço. O passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato. A memória liga-se decididamente a um lugar (Carlos, 2007, p. 48-49).

A partir dos espaços em ruínas na cidade, toda uma parte da memória coletiva de uma comunidade é posta em questão, portanto sua própria formação cultural e humana também. Se o lugar interfere na construção social e cultural dos sujeitos e na construção de seu conhecimento, tem-se uma formação humana em ruínas, entregue à deriva no tempo, e a possibilidade de desaparecimentos. Preservar espaços de memória e os bens públicos é preservar uma história que pode ser esquecida, se não for documentada e registrada de forma devida.

Trazer a cidade como espaço de formação humana é entender que o ser humano constitui multiplicidades e que o lugar que ele ocupa se estabelece como um território de conhecimento. É importante que os sujeitos entendam seu papel na cidade e na preservação da sua própria história para que emergja um sentimento de pertencimento aos lugares que habitam, tornando-se, assim, ativos no que diz que respeito às atividades coletivas na cidade. Conclui-se que carecemos de uma educação para a cidade, para a memória coletiva e para o planejamento urbano que nos permita compreender os processos de urbanização para o mundo em crise que se anuncia e, assim, entender a importância dos lugares de memória para a construção de um futuro possível, democrático e coletivo nas cidades. Compreender o papel de cada um na cidade e o modo como diariamente construímos e desconstruímos nossa identidade a partir da relação com os outros e com o entorno é se responsabilizar pela construção histórico-cultural da sociedade e do planejamento estético-político do espaço urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível notar, a partir das ruínas na cidade, além do espaço que existiu e permanece em meio ao itinerário urbano, todo um movimento dos habitantes que continuam se relacionando com esses espaços, seja direta ou indiretamente. Há um jogo de interesses e de formas de habitar a cidade em meio à interação — ou a falta dela — com os lugares abandonados. Há também meios de se organizar enquanto sujeito que se constrói no coletivo, portanto, no ambiente urbano. Dar as costas para um lugar de memória é desviar o olhar da importância da história, seja de sua própria ou de toda uma comunidade. Tratar com descaso esses lugares é, de certa forma, ver como descartável a relação da construção de sua identidade com o lugar que se ocupa e, como consequência, perder o sentimento de pertencimento à cidade, talvez perdê-lo em relação a qualquer outro lugar habitado. Esse movimento de descaso para com a memória individual e coletiva tem consequência direta na formação dos sujeitos. A partir disso, formam-se sujeitos que não se sentem no dever de se portar e se colocar enquanto cidadãos que podem e devem exigir a preservação de sua história e de sua participação no planejamento urbano.

Entender a cidade, além de apenas habitá-la de modo superficial, é compreender também a própria forma de viver, de morar, de se relacionar com os outros. Perfilar a cidade e ser perfilado por ela, nas palavras de Paulo Freire, é se deixar levar pelos momentos, confluindo com os lugares e, a partir disso, compreendendo como corpo e cidade são um só. Cada mudança no espaço público tem influência direta e indiretamente nas nossas vidas, nos modos de habitar, de se formar enquanto cidadão. Escrever e pesquisar sobre a cidade é dialogar sobre nossa vida, é se questionar os caminhos que nossos pés vão continuar trilhando. A cidade dita o ritmo das nossas vidas. Construimos e reconstruimos o meio urbano, mas nos perdemos nesse processo ao ponto de além de nos tornarmos inseparáveis, somos guiados pela urbanização acelerada que torna a vida, os relacionamentos, os objetos e os lugares fugazes e frágeis a ponto de serem facilmente descartados.

Discutir sobre memória é questionar nossa história e entender que levar em consideração o passado é importante para se construir um futuro. Aproximar educação, cultura, lugares de memória, ruínas e rastros humanos é compreender que o sujeito é complexo e que toda a atividade humana se constitui por meio de um movimento de alteridade e, portanto, é uma atividade formativa. Conclui-se que o fascínio pela inovação

pode implicar o apagamento da memória e que trazer os espaços em ruínas para a discussão é debater sobre o desenvolvimento formativo humano e, a partir disso, abrir-se para o possível futuro da educação, da formação cultural e humana dos sujeitos. Aproximar o sujeito do espaço que ocupa, elaborando como o entorno e os lugares de memória servem de palco para a construção da identidade individual e coletiva, é proporcionar a compreensão de que construir o futuro só será possível se soubermos apreciar e considerar o passado como essencial na construção formativa do sujeito. O futuro tem de ser coletivo, e isso só é viável se entendermos a importância da história e da memória, trazendo a ideia do antigo e do novo como conceitos confluentes, sem um se sobrepor ao outro.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. M. *et al.* Aplicação da legislação nacional sobre proteção do patrimônio cultural: interpretação à luz das Cartas de Preservação Internacionais. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil (MG), 2002. p. 29-50.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Tradução de Frederico Bonaldo. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

COSTA, L. C. **A gravidade da imagem: arte e memória na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. v. 1.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. Cidade narrada, tempo vivido: estudos de etnografias da duração. **Revista Rua**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 121-145, 2010. DOI: doi.org/10.20396/rua.v16i1.8638850. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638850/6456>. Acesso em: 11 set. 2023.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **O tempo e a cidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2005.

FÉRES, L. R. A evolução da legislação brasileira referente à proteção do patrimônio cultural. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. M. (org.). **Cidade, memória e legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico**. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil (MG), 2002. p. 15-28.

FREIRE, P. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, P. **Política e educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffer. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

JACQUES, P. B. O grande jogo do caminhar. In: CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013. p. 7-17.

JUSTEN, D. Os tugures e a memória: uma construção em ruínas. In: ANDRADE, A. L. et al. **Ruinologias: ensaios sobre destroços do presente**. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. p. 203-209.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LARROSA, J. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 4-27, jul./dez. 2011. DOI: <https://doi.org/10.17058/rea.v19i2.2444>. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/2444/1898>. Acesso em: 11 set. 2023.

LARROSA, J. **Tremores: escritos sobre a experiência**. Tradução de Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

MATOS, O. **Vestígios: escritos de filosofia e crítica social**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 17-31.

PEIXOTO, N. B. **Paisagens urbanas**. São Paulo: SENAC/SP, 2004.

PIRES, M. C. S. Cidade e Cultura: Recíprocas interferências e suas representações. In: FERNANDES, E.; RUGANI, J. (org.). **Cidade, memória e legislação**: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: Instituto de Arquitetos do Brasil (MG), 2002. p. 141-158.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2023.

SKLIAR, C. **A educação e a pergunta pelos Outros**: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. Florianópolis: Ponto de Vista, 2003.

ZAMBRANO, M. Uma metáfora da esperança: as ruínas. In: ANDRADE, A. L. et al. **Ruinologias**: ensaios sobre destroços do presente. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. p. 211-219.

NOTA SOBRE A AUTORIA

O artigo foi elaborado por Laura dos Santos Goulart, pesquisadora, sob a orientação e revisão de Gladir da Silva Cabral. Laura foi responsável pela elaboração dos elementos presentes no resumo, na introdução, na metodologia, no desenvolvimento da pesquisa, nos resultados e discussão e nas considerações finais. Gladir atuou como orientador, oferecendo direcionamento ao longo de todo o processo e contribuindo para a revisão crítica do conteúdo.

REVISÃO DO ARTIGO

Gladir da Silva Cabral, Doutor em Letras - Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Recebido em: 22/02/2024

Parecer em: 29/02/2024

Aprovado em: 13/03/2024